

CLITICIZAÇÃO NO PORTUGUÊS EUROPEU: UMA OPERAÇÃO PÓS-LEXICAL*

MARINA VIGÁRIO
(Universidade do Minho)

0. Introdução

A natureza *esquizofrénica* (Spencer 1991:358) dos clíticos, que apresentam tanto comportamentos de palavras como comportamentos de afixos, tem dado origem a um crescente número de trabalhos, alguns dos quais defendendo que certos processos de cliticização são processos flexionais que operam no léxico (cf., por exemplo, Zwicky 1987, Halpern 1995, Monachesi 1996), outros defendendo que a cliticização é uma forma de afixação num domínio sintagmático, pós-lexical (cf., por exemplo, Anderson 1992, Van Leeuw 1997, Watson 1997). Estas duas visões não são, necessariamente, antagónicas mas antes resultam da observação de comportamentos diversos associados a elementos tradicionalmente designados por *clíticos*.

Os clíticos pronominais das línguas românicas, entre outros, constituem um caso particular ao apresentarem características dos dois tipos: por exemplo, seleccionam um hospedeiro específico, ao contrário do que sucede com outros clíticos que se associam, no interior de um domínio sintagmático, a um hospedeiro que não pertence a qualquer categoria morfossintáctica específica (cf. Klavans 1985); mas podem também ocorrer em diferentes posições relativamente ao verbo. O nosso objectivo neste trabalho é mostrar que no Português Europeu a associação dos clíticos pronominais ao hospedeiro verbal é uma operação pós-lexical, embora desencadeie efeitos lexicais. Defenderemos, portanto, que os clíticos pronominais nesta língua ainda não são afixos flexionais (no sentido de Halpern 1995), apesar de se poderem encontrar numa fase de reanálise como tal, como é sugerido em Duarte e Matos (a aparecer)¹.

1. Cliticização: uma operação lexical ou pós-lexical?

Nesta secção mostraremos que os clíticos pronominais no Português manifestam tanto propriedades de afixos lexicais como propriedades de afixos sintagmáticos, mas a importância destas últimas justifica, quanto a nós, a adopção da segunda das seguintes hipóteses sobre o *locus* do processo de cliticização: (i) os clíticos pronominais são afixos lexicais, isto é, ligam-se aos seus hospedeiros no léxico; (ii) os clíticos pronominais são afixos *sintagmáticos*, isto é, ligam-se ao seu hospedeiro pós-lexicalmente.

1.1. Marcas de lexicalização

Existem três tipos de propriedades que tornam a cliticização dos pronomes verbais átonos um fenómeno mais próximo da *afixação* do que a cliticização de outros clíticos do Português (como as preposições, ou o artigo definido, por exemplo - cf. Vigário a aparecer), e, nesse sentido, parecem favorecer uma hipótese de ligação lexical ao hospedeiro. Delas falaremos nos parágrafos seguintes.

1.1.1. Selectividade em relação ao hospedeiro

O facto de os clíticos pronominais se associarem a um hospedeiro pertencente a uma categoria específica (a verbal), aproxima-os de afixos lexicais (cf. Zwicky e Pullum 1983). Na realidade, e como salientado em Klavans (1985), outros clíticos fonológicos seleccionam habitualmente domínios sintagmáticos, podendo, conseqüentemente, ligar-se a hospedeiros pertencentes a diferentes categorias morfossintácticas. Em Van Leeuw (1997) defende-se também que os clíticos se distinguem dos afixos (no sentido tradicional do termo) pela natureza da sua dependência: no caso dos clíticos, eles são especificados como prosodicamente dependentes, subcategorizando um hospedeiro fonológico, mas *crucialmente* não tendo especificada qualquer selecção morfossintáctica; pelo contrário, os afixos não apresentam uma subcategorização prosódica, mas sim morfossintáctica. De acordo com esta proposta, os clíticos pronominais no Português serão objectos híbridos, dado que possuem as propriedades consideradas caracterizadoras de ambas as classes e não se reconhece aí a existência de cliticização sintáctica.

Em (1) ilustramos o carácter selectivo dos pronomes clíticos por oposição a outros elementos clíticos do Português, como o artigo definido, que se cliticiza ao elemento seguinte independentemente da sua categoria morfossintáctica.

- (1) a. vi-o *mas não* *vi agora-o; *dei o livro-lhe
 b. o João; o grande acontecimento; o teu amigo;
 o então ministro da cultura; o quarto suspeito

Directamente relacionado com a selecção de um hospedeiro específico está o facto de os clíticos pronominais apresentarem uma distribuição sintáctica diferente da dos sintagmas nominais plenos, como os exemplos seguintes ilustram.

- (2) a. O João deu o livro ao seu melhor aluno ontem
 b. O João deu-lhe o livro ontem
 b'. *O João deu o livro lhe ontem
- (3) a. O João deu agora mesmo o livro ao Pedro
 b. O João deu-lho agora mesmo
 b'. *O João deu agora mesmo lho
- (4) a. O João não deu o livro ao Pedro
 b. O João não lhe deu o livro
 b'. *O João não ao Pedro deu o livro/*O João não deu o livro lhe

Note-se que a diferente distribuição sintáctica não pode decorrer do estatuto prosodicamente dependente do pronome já que, em frases como (2b'), este elemento é precedido e seguido por um hospedeiro fonológico apropriado (isto é, uma palavra acentuada).

1.1.2. Idiossincrasia fonológica

A ocorrência de alternâncias tanto na forma do pronome clítico como na *base* verbal, cuja definição depende de informação quer fonológica quer morfossintáctica, aproxima as sequências verbo-clítico das sequências obtidas na componente lexical. Com efeito, como procuraremos mostrar adiante, estas variações formais não são explicáveis através das regras fonológicas gerais da língua e, por serem idiossincráticas, é plausível pensar-se que são obtidas no léxico (cf. Zwicky 1987, Halpern 1995). As formas em (5) exemplificam estas variações formais.

- | | | |
|----------------------|------------|-----------------|
| (5) a. comes; como-o | <i>mas</i> | come-lo; dão-no |
| b. deu-nos; deu-o | <i>mas</i> | deu-no-lo |
| c. damos | <i>mas</i> | damo-nos |

1.1.3. 'Flexão' depois da cliticização

Finalmente, em Zwicky (1987) e Halpern (1995) é avançado um outro argumento de natureza morfossintáctica para sustentar que a cliticização pronominal em Português é um processo lexical: a existência de estruturas verbais com mesóclise, em que se considera que a flexão segue a cliticização (cf. 6).

- (6) a. comeria comê-lo-ia e não *comeria-o
 b. falaremos falar-lhe-emos e não *falaremos-lhe

Para Halpern (1995), é o estatuto de *clíticos lexicais* (ou *afixos flexionais*) que permite aos clíticos pronominais no Português ocorrerem antes de *certa* flexão. A *mesóclise* seria, nesta perspectiva, uma consequência natural da associação dos clíticos no léxico, que poderiam assim preceder outros afixos flexionais.

1.2. Cliticização: uma operação pós-lexical

A par das propriedades associadas ao léxico referidas no ponto precedente, existem, no entanto, evidências que nos parecem apontar claramente para a ligação do clítico ao hospedeiro verbal não ocorrer nessa componente, mas antes ser uma operação pós-lexical. Algumas dessas evidências são apresentadas em seguida.

1.2.1. Evidências distribucionais

Não é casual o número de trabalhos que estudam a distribuição dos pronomes clíticos no Português (e noutras línguas românicas) numa perspectiva sintáctica (cf. Duarte e Matos a aparecer para uma revisão da bibliografia relevante sobre o Português). Tal deve-se à existência de dados que mostram que os clíticos gozam de um certo grau de independência na frase. Isto é, a sintaxe (ou outra componente pós-lexical) manipula os clíticos, em certas circunstâncias, independentemente do verbo.

Como é sabido, a posição do pronome clítico em relação ao verbo é sensível à presença de certos itens lexicais (entre os quais advérbios, expressões *Qu-*, quantificadores, elementos de negação), numa determinada configuração em relação à sequência verbo-clítico, como ilustrado em (7).

- (7) a. dou-te a'. não te dou
 b. eles ouviram-te b'. todos eles te ouviram

A informação sintagmática relevante para a colocação do clítico não é própria do léxico, o que significa que a ordem relativa do verbo e do clítico não pode ser definida nessa componente. Por outro lado, o facto de a sintaxe (ou outra componente pós-lexical) manipular os pronomes clíticos significa que eles não podem ser elementos de tipo afixal (no sentido tradicional).

O pronome clítico pode ainda ocorrer em certas circunstâncias junto a diferentes verbos numa mesma sequência, como nos casos da *subida do clítico* (*clitic climbing*), ilustrados em (8).

- (8) a. queria dar-te um livro
 b. queria-te dar um livro

Estes exemplos mostram que o clítico pode ocorrer em diferentes posições frásicas, e não necessariamente adjacente ao verbo que o subcategoriza.

Também a possibilidade de interpolação restrita ainda admitida no Português - embora com pendor arcaico ou literário-, documentada em (9), mostra uma certa independência do clítico em relação ao hospedeiro verbal (cf., por exemplo, Martins 1994, Barbosa 1996).

- (9) Gostaria que o não fizesses

Finalmente, e ainda no domínio da distribuição dos clíticos pronominais, a ausência, em línguas como o Português, de redobro (*doubling*) do clítico por um SN pleno (como sucede, por exemplo, no Macedónio) é considerada em Spencer (1991) como um forte argumento contra uma análise dos pronomes clíticos como marcadores flexionais de concordância.

1.2.2. Evidências formais

A possível ocorrência de diferenças formais entre enclíticos e proclíticos, exemplificada em (10), mostra que a sua forma fonológica não é definida previamente à determinação da sua posição. Uma vez que a posição dos clíticos pronominais em relação ao hospedeiro verbal depende de informação sintagmática, sendo portanto determinada pós-lexicalmente (cf. 1.2.1), apenas se pode saber qual a sua forma fonológica pós-lexicalmente. Por outras palavras, a sequência verbo-clítico não pode ser obtida na componente lexical.

- (10) a. come-lo / não o comes (e não *não lo come(s))
 b. viram-no / já o viram (e não *já no viram)

Essas diferenças formais podem ocorrer, não apenas quando contrastados enclíticos e proclíticos, mas também quando consideradas duas formas enclíticas, como nos seguintes exemplos com subida do clítico:

- (11) queria dá-lo / queria-o dar (e não *queria-lo da(r))

Também aqui a forma do pronome ainda não está, portanto, definida antes do processo sintáctico operar.

1.2.3. Evidências fonológicas

Neste ponto veremos que não só o Português não apresenta um conjunto de evidências fonológicas para uma visão da cliticização como um processo lexical, como existem dados que contrariam crucialmente essa abordagem.

Em Halpern (1995) é proposto que o carácter híbrido de certos clíticos (isto é a sua distribuição de clíticos mas a sua morfologia e/ou fonologia de afixos) decorre do facto de estes elementos se ligarem aos seus hospedeiros no *léxico*. Como caso paradigmático ilustraremos a argumentação de Halpern com a sua discussão sobre o Polaco (cujos dados são retirados de Booij e Rubach 1987).

Os casos relevantes consistem em certas formas presas (e.g. auxiliares e marcadores temporais) que podem ocorrer em diferentes posições frásicas (cf. 12, em que a forma clítica aparece sublinhada).

- | | | |
|------|---------------------------------------|--------------------------|
| (12) | a. Ja to robi <u>†</u> -e- <u>m</u> . | b. Ja to- <u>m</u> robi† |
| | I this do-PRET. 1sg | c. Ja- <u>m</u> to robi† |
| | "I did this" | |

Do ponto de vista fonológico, no entanto, existem evidências de que estes clíticos têm de estar presentes junto aos hospedeiros no léxico, uma vez que eles interagem com regras lexicais: (i) afectam a posição do acento no hospedeiro; (ii) bloqueiam a aplicação de uma regra de elevação (*Raising*) que ocorre em posição final de palavra (o que mostra que pertencem à mesma 'palavra' que o hospedeiro); (iii) sofrem uma alternância formal que decorre de uma regra de abaixamento (*Lower*). Note-se que o estatuto lexical destas regras é independentemente motivado: no caso de *Raising* existem excepções lexicais à sua aplicação, no caso de *Lower*, é uma regra cíclica que interage com outras regras lexicais.

O comportamento fonológico das sequências verbo-clítico no Português é, no entanto, totalmente distinto do caso relatado: (i) por um lado, não existem processos fonológicos que operam claramente na componente lexical que demonstrem a presença de cliticização lexical ao se aplicarem depois de obtida a sequência verbo-clítico (ao contrário do que sucede no Polaco); (ii) por outro lado, existem processos que operam na componente lexical que mostram que a sequência verbo-clítico não existe ainda nessa componente. Entre esses processos, estão a atribuição do acento de palavra, a resolução da nasalidade em posição final de palavra e a centralização de vogal palatal (para a defesa de que estes processos operam na componente lexical, veja-se Vigário a aparecer). Na verdade, os pronomes clíticos não afectam a posição do acento no hospedeiro (cf. 13), não bloqueiam o processo de nasalidade final com ditongação (cf. 14), e não desencadeiam o processo dissimilatório de centralização de vogal seguida de consoante palatal (cf. 15).

- | | | | |
|------|-------------------------|-------|--------------|
| (13) | diz[é]mos / diz[é]mo-lo | e não | *dizem[ú]-lo |
| (14) | bat[ê]te / bat[ã]te | e não | *bat[ê]-te |
| (15) | t[α]lha / d[e]-lha | e não | *d[α]-lha |

Assim, considerar que estes clíticos no Português se juntam ao verbo no léxico deixa por explicar a ausência de efeitos fonológicos lexicais associados a estas sequências e faz predições erradas sobre a aplicação dos processos fonológicos que operam nessa componente.

Outra evidência de natureza fonológica para a ausência de ligação lexical dos pronomes clíticos ao hospedeiro verbal diz respeito à sua possibilidade de *redução*. Tal como mostrado em Vigário (a aparecer), os pronomes proclíticos como *te*, *me*, ou *lhe* comportam-se fonologicamente como outras palavras funcionais segmentalmente semelhantes, como a preposição *de*. Em todos estes casos, é possível ocorrer a elisão de [j] quando a palavra seguinte começa por vogal (cf. 16). O processo de elisão é sensível a factores puramente fonológicos e não lexicais, como a posição, inicial ou medial, no constituinte prosódico Sintagma Entoacional e a velocidade de elocução. No entanto, os prefixos como *re-* não podem reduzir, ao contrário das palavras funcionais inseridas na estrutura pós-lexicalmente (cf. 17), apesar de tanto as palavras funcionais como os prefixos serem prosodizados do mesmo modo, isto é, como adjuntos ao constituinte palavra prosódica, de acordo com os argumentos de natureza fonológica apresentados no trabalho supracitado.

- | | | | | | |
|------|-----------------------------|---------|------|------------------------|---------|
| (16) | a. amigos <u>de</u> animais | [j] / 0 | (17) | a. <u>re</u> adaptação | [j] /*0 |
| | b. não <u>te</u> ouvi | [j] / 0 | | b. <u>de</u> animais | [j] / 0 |

Esta diferença é aí considerada como decorrente do *locus* da operação de adjunção dos elementos à palavra prosódica: a adjunção dos prefixos ocorre no léxico, daí que a redução (um processo pós-lexical) não afecte esses elementos estruturalmente ligados; pelo contrário, a redução pode afectar as palavras funcionais (nomeadamente, os pronomes clíticos), que no nível pós-lexical não são ligadas senão quando a construção da estrutura prosódica é concluída.

1.2.4. Evidências morfossintácticas

Uma das distinções básicas entre afixos flexionais e os clíticos é que os primeiros se juntam a temas para formar palavras, enquanto os segundos se juntam a palavras já flexionadas (cf., entre muitos outros, Spencer 1991 e Anderson 1992). No caso do Português, a mesma propriedade distingue os clíticos pronominais dos afixos. Ou seja, no momento em que se dá a cliticização as operações de flexão já ocorreram. Saliente-se que os casos de mesóclise não

constituem excepções a esta afirmação se se considerar que o primeiro elemento da estrutura mesoclítica corresponde à forma verbal infinitiva e que o elemento final não é um afixo flexional, mas uma palavra com um estatuto morfossintáctico particular, como defenderemos na secção 3.3.

1.2.5. Outras evidências

Para finalizar, mencionaremos dois outros aspectos que afastam o comportamento dos clíticos pronominais dos afixos. Como é referido em Zwicky e Pullum (1983) (i) é frequente a existência de vazios (*gaps*) ao nível do conjunto de bases que podem sofrer um determinado processo afixal, mas não existem estes vazios arbitrários na combinação hospedeiro-clítico; (ii) é frequente a ocorrência de idiosincrasia semântica associada a formas afixadas, mas não a formas com clíticos. Os clíticos pronominais no Português mostram a este respeito um comportamento de clíticos e não de afixos, pois juntam-se a qualquer item lexical desde que pertença à categoria verbal e não existe uma semântica idiosincrática associada a sequências de itens particulares e clíticos.

Os factos expostos conduzem-nos à adopção da hipótese de a cliticização ser uma operação pós-lexical. Será pois necessário avaliar até que ponto cada um dos argumentos inicialmente referidos como contrários a esta hipótese é de facto válido e, nos casos pertinentes, propor soluções para este comportamento aparentemente paradoxal dos clíticos.

2. Sobre a natureza das alternâncias formais no clítico e no verbo

Nesta secção investigaremos a natureza das alternâncias formais envolvendo tanto o clítico como o seu hospedeiro verbal e concluiremos que ela não pode ser explicada através da aplicação de processos puramente fonológicos, ao contrário do que muitas vezes tem sido considerado na literatura sobre o Português. Temos portanto de compatibilizar a análise de inserção pós-lexical dos clíticos com a existência de idiosincrasia fonológica associada à sequência verbo-clítico (as propostas nesse sentido serão apresentadas na secção 3.2).

A alternância das formas clíticas acusativas *o*, *lo*, *no* e a queda de consoante na forma verbal quando seguida de *lo* tem sido frequentemente assumida (de um modo mais ou menos explícito) como um fenómeno fonológico de assimilação. Por exemplo em Cameira (1994) estas alternâncias são consideradas o resultado da aplicação de regras fonológicas que demonstram a existência de cliticização fonológica e a integração da sequência verbo-clítico no constituinte prosódico Grupo Clítico. Por seu turno, em Barbosa (1996) este tipo de dados é utilizado para sustentar a direcção de cliticização dos pronomes (e de outros elementos funcionais) proclíticos por oposição aos enclíticos verbais. Finalmente, em Van Leeuw (1997) a fusão da consoante final verbal com a consoante do pronome

acusativo é considerada um processo fonológico que também está na origem das formas *pelo/pela* (por oposição a *por o/por a*).

Segundo cremos, esta concepção, que espelha a origem diacrónica das formas, não pode no entanto explicar os dados sincrónicos. Senão vejamos. Se se assumir que as alternâncias observadas são fonológicas é necessário, nomeadamente, supor que uma destas formas (*o / lo / no*) corresponde à forma de base. Implícita na literatura está a adopção de *lo* como forma de base (possivelmente, não só pela origem diacrónica, mas também porque a inserção quer de *l* quer de *n* ficaria por explicar fonologicamente se *o* fosse a forma considerada básica). Note-se, porém, desde já que esta forma não é nem a que ocorre num maior número de contextos nem a forma *não-marcada* (que, a avaliar pelas substituições quer em lapsos quer em fala pouco cuidada ou escolarizada, deverá ser *o*). Considerando *lo* como forma subjacente, é preciso explicar a ausência de consoante quando a forma pronominal é precedida de vogal ou glide oral, e a presença de nasal, e não de lateral, quando precedida de ditongo nasal. No primeiro caso, teríamos uma regra de elisão de consoante lateral intervocálica; no segundo teríamos uma de duas situações: (i) elisão de consoante intervocálica seguida, possivelmente, de ressilabificação da consoante que na forma subjacente termina a forma verbal; (ii) assimilação da nasalidade da coda precedente por parte da lateral.

Começemos pelo primeiro caso, envolvendo queda do *l* intervocálico. Esta regra não pode ser puramente fonológica uma vez que não se aplica regularmente num determinado domínio prosódico: se considerado o domínio da palavra prosódica, formas como *alarme* ou *ilustre* mostram que essa regra não opera; se considerados dados entre palavras prosódicas, o mesmo se verifica (cf. *acha latas* ou *amável amigo*)². Assim, a única alternativa é, quando muito, relacionar este processo com aquele que, segundo certas análises, ocorre em contextos flexionais, como na formação do plural (cf., por exemplo, *nacionais* (<nacional+es)). Repare-se que, mesmo nesta visão, o processo não é puramente fonológico uma vez que a sua aplicação depende de informação morfológica.

Observemos agora de que modo se poderia obter fonologicamente a forma *no*. Na primeira hipótese, com elisão da consoante lateral, o mesmo argumento acima desenvolvido se aplica para excluirmos a sua derivação fonológica. Por outro lado, a ressilabificação da consoante nasal traria novos problemas: (i) a este respeito, os clíticos comportar-se-iam como afixos derivacionais (cf. *irmão, irmanar*) e não já flexionais (ou seja, estaríamos perante uma situação paradoxal); (ii) não se explicaria o ditongo nasal na forma verbal (cf. *irmão, irmanar*/**irmãonar* mas *dão, dão-nof*/**da-no*). Avaliemos, assim, a segunda hipótese, isto é, a eventual assimilação da nasalidade da coda precedente por parte da lateral. Se considerada a nasalidade em interior de palavra (cf. *enlatado, conluio*), verificamos que a lateral não assimila a nasalidade; o mesmo sucede

entre palavras (cf. *lêem livros*). Por outro lado, pelo menos para certos falantes, existem formas verbais terminadas em ditongo nasal em que o pronome não tem nem a forma *lo* nem a forma *no*: por exemplo, em *ele põe-o doido*, ou em *ele vem-o buscar*³. Ou seja, esta regra terá de distinguir entre um ditongo nasal associado à realização da terceira pessoa do plural (cf. *eles põem-no doido*, *eles vêm-no buscar*) e outros ditongos nasais. Isto significa, uma vez mais, que a regra não é puramente fonológica, dado que refere informação de natureza morfosintáctica.

Assim, parece não ser possível, através de regras puramente fonológicas, dar conta das alternâncias formais dos pronomes clíticos acusativos em posição enclítica.

Consideremos agora as alterações que operam na base verbal, mais concretamente, a queda de consoante quando o verbo é seguido de certos clíticos.

Existem três situações distintas em que se dá a queda de consoante, nem todas, na realidade, envolvendo o verbo:

(i) a consoante termina a forma verbal e é seguida pelo clítico acusativo com a forma *lo(s)/la(s)* (cf. *dá-lo* (<dás-lo), *damo-lo* (<damos-lo), *dá-lo* (<dar-lo), *fá-lo* (<faz-lo));

(ii) a consoante pertence ao morfema que marca a primeira pessoa do plural e é seguida pelas formas dativas *nos/vos* (mas não *te* ou *lbe(s)*) (cf. *damo-nos*, *ouvimo-vos* mas não **dá-nos* (<dás-nos), **ouvi-vos* (<ouvir-vos), nem **damo-te* (<damos-te), **damo-lbe* (<damos-lhe));

(iii) a consoante pertence aos pronomes clíticos dativos *nos/vos* (mas não *lbes*) e é seguida por um clítico na forma acusativa *lo(s)/la(s)* (cf. *deste-no-lo* (<nos-lo), *dou-vo-la* (<vos-la) mas não **dou-lbe-lo* (<lhes-lo)).

Esta descrição mostra desde logo que, também aqui, não estamos perante um processo fonológico regular, já que o seu contexto de aplicação não é exclusivamente definido fonologicamente. Para além desse facto, as sequências de consoante em coda seguida de consoante em ataque são bem formadas no Português, quer em interior de palavra (cf. *arlequim*, *orla*, *eslavo*, *asno*, *esventrar*, *erva*), quer entre palavras (cf. *belas luvas*, *âmbar lindo*, *pires novo*, *pires verde*). Assim, o fenómeno que temos vindo a descrever deve ser considerado idiossincrático.

Devemos ainda sublinhar que apenas se verifica este tipo de idiossincrasia quando o pronome é enclítico mas não quando ele é proclítico ao verbo. Isto significa que, se se adoptasse a hipótese de que estas alternâncias eram o resultado de regras fonológicas que operam no *Grupo Clítico*, como em Cameira (1994), ou as regras tinham nos proclíticos excepções (não seriam portanto puramente fonológicas e não demonstrariam, assim, a existência do *Grupo Clítico*) ou os proclíticos não integrariam o *Grupo Clítico* (o que esvaziaria a

natureza deste domínio prosódico). A assimetria entre proclíticos e enclíticos, que ocorre em várias línguas, é, de resto, um dos argumentos contra a existência deste domínio na hierarquia prosódica avançados, por exemplo, em Booij (1996) e Peperkamp (1997).

A idiossincrasia fonológica envolvendo sequências de morfemas é apresentada em Zwicky e Pullum (1983) como uma das propriedades distintas de clíticos e afixos: ela é susceptível de ocorrer com afixos mas não com clíticos. Também Halpern (1995:101) salienta que “signs of sensitivity to morphological structure are generally taken to indicate processes which take place in the lexicon...”. Na secção 3.2. proporemos uma análise que procura compatibilizar estes factos com a hipótese aqui defendida de a inserção dos clíticos na estrutura ser uma operação pós-lexical.

3. Análise da idiossincrasia associada aos clíticos

Até aqui vimos que a sequência envolvendo o verbo e os clíticos pronominais é problemática quer para uma visão que sustente que ela é obtida já na componente lexical, quer para uma abordagem, como a nossa, que defenda que a cliticização é pós-lexical.

Para mantermos a hipótese pós-lexical da inserção dos clíticos, é, pois, necessário darmos conta (i) da selecção de um hospedeiro específico e da distribuição sintáctica particular, (ii) das alternâncias formais associadas tanto à forma clítica quanto à forma verbal e (iii) da aparente presença de marcas flexionais a seguir ao clítico. Este é o objectivo das subsecções que se seguem.

3.1. Selectividade em relação ao hospedeiro

Assumiremos, na linha de Duarte e Matos (a aparecer), que a distribuição dos pronomes clíticos se encontra restringida pela especificação na sua entrada lexical de que seleccionam um hospedeiro sintáctico verbal. A informação de subcategorização morfossintáctica é formalizada em Duarte e Matos (a aparecer) em relação aos aspectos aqui relevantes do seguinte modo:

(18)

CL ... V-host: yes ...

Esta especificidade obriga à aplicação de um conjunto de processos sintácticos, facto que explica a diferente distribuição dos clíticos relativamente

aos constituintes sintácticos não-clíticos.

3.2. Idiossincrasia fonológica

Diversos exemplos podem ser encontrados na literatura de processos fonológicos com características lexicais (por se restringirem a itens ou classes de itens particulares) que referem informação de tipo sintáctico ou operam em domínios prosódicos superiores ao da palavra prosódica. Este tipo de problema não é, portanto, nem específico do Português, nem dos elementos aqui em análise. Exemplos de processos que referem informação sintáctica são fornecidos, por exemplo, em Hayes (1990), Kaisse (1990) e Odden (1990), e de processos *idiossincráticos* que referem domínios prosódicos superiores aos da palavra prosódica são relatados em Nespôr (1990) e Vigário (1998).

Uma análise que coloque a cliticização na componente lexical numa língua como o Português (como proposto em Zwicky 1987, Halpern 1995), ou não dá conta dos factos ou implica que se desista de um conjunto de assunções sobre esta componente, nomeadamente, a inexistência no léxico de informação sintagmática — genericamente assumida nas teorias morfológicas/gramaticais —, e de informação prosódica superior ao nível da palavra prosódica — como defendido em Booij (1988), Booij e Lieber (1993) e Nespôr (1990). Por seu turno, colocar esta operação na componente pós-lexical implica, aparentemente, abandonar-se (ou relaxar) a hipótese de que nesta componente operam apenas os *verdadeiros* processos fonológicos (cf. Booij e Rubach 1987, Hayes 1990, Nespôr 1990).

Em Kaisse (1990), por exemplo, é proposta a existência de um nível pós-lexical em que operam regras segmentais do tipo das regras lexicais (as regras P1), que referem directamente informação sintáctica. De acordo com esta perspectiva, é necessário abandonar a concepção de que a fonologia não refere directamente a sintaxe. E este é um passo que resulta num enfraquecimento das teorias da gramática que incluem a hierarquia prosódica como estrutura mediadora entre a sintaxe e a fonologia propriamente dita e que pretendem explicar a ordenação de certas operações como simplesmente decorrente de uma determinada arquitectura da gramática (cf., por exemplo, Hayes 1990, Nespôr 1990, Anderson 1992).

Pelo contrário, em Hayes (1990) é desenvolvida uma teoria que visa exactamente dar conta da dupla aparência (lexical e pós-lexical) destes fenómenos, sem, no entanto, abandonar a concepção acima referida. Esta teoria permite-nos dar conta da idiossincrasia associada à cliticização, mantendo também a ideia de que esse processo apenas se dá pós-lexicalmente, como veremos em seguida.

No essencial, Hayes (1990) defende que regras fonológicas que referem directamente a sintaxe simplesmente não existem e propõe que tais casos de aparente referência à sintaxe resultam de uma fonologia sintagmática pré-

-compilada (isto é definida lexicalmente). A alomorfia sintagmática (*phrasal allomorphy*) pode consistir na listagem lexical dos alomorfes ou na aplicação de regras fonológicas lexicais específicas. Em ambos os casos, existe informação sintagmática que define o contexto quer de inserção dos alomorfes apropriados quer da aplicação das regras específicas, esta última fornecida em grelhas de instanciação fonológica (*phonological instantiation frames*).

Aplicando a teoria da pré-compilação aos dados do Português em análise, propomos que a alternância *o/lo/no* decorre da listagem lexical dos diferentes alomorfes: na realidade, como vimos acima, este tipo de alternância não encontra paralelo na fonologia desta língua, não se justificando por isso propor qualquer regra (porque seria específica destes casos).⁴ Esta listagem encontra-se na entrada lexical do clítico, juntamente com o contexto morfossintáctico e/ou fonológico que define a sua inserção, como em (19):

(19)

...
no/ [] Vb _
[3^oPPL]
lo/[... [+cons]] Vb
o/(restantes contextos)
<i>(elsewhere condttion)</i>

Por seu turno, a queda da consoante, quer na forma verbal quer no morfema da primeira pessoa do plural, parece-nos poder decorrer da aplicação de uma regra de alomorfia sintagmática. Ou seja, uma regra fonológica lexical que tem de referir na sua descrição estrutural grelhas (*frames*) de instanciação fonológica, como em (20):

(20) $C \rightarrow \phi / [\dots _ \dots]$ [GRELHA1]; [GRELHA2]

As grelhas referidas em (20) definem o contexto sintagmático para a aplicação de regra de elisão consonântica, e são formalizadas em (21):⁵

(21) Grelha 1: [... [... _]Vb [...]CL[acc.] ...]Vb
 Grelha 2: [... [... _]Vb[1^oPPL] [...]CL['nos'/'vos'] ...]Vb

Finalmente, no caso da ausência de consoante quando estão envolvidos grupos de clíticos, não consideraremos que estamos perante a aplicação de qualquer regra, mas sim, que existe uma listagem lexical de grupos de clíticos a par da listagem envolvendo clíticos isolados. Os seguintes argumentos estão na

base desta opção:

- (a) existem outros casos de grupos de clíticos em que operam regras idiossincráticas, que não se justifica portanto postular (e.g. *dou-lho* (lhe+o; lhes+o>lhe-lo); *mo* (me+o));⁶
- (b) sintagmaticamente os grupos de clíticos comportam-se como um único elemento - por exemplo, quando há próclise, a ordem relativa dos clíticos é idêntica à da ênclise, e quando há subida de grupos de clíticos a sua ordem também se mantém;
- (c) a ordem dos pronomes clíticos é rígida, ou seja, os clíticos não podem variar a sua posição como podem as suas correspondentes não-clíticas;
- (d) a ordenação dos clíticos parece ser arbitrária, não dependendo de factores sintácticos (por exemplo, o dativo precede acusativo);
- (e) existem restrições à co-ocorrência de certas formas - por exemplo, o pronome impessoal *se* não se combina com as formas pronominais acusativas, mas pode combinar-se com as formas dativas (cf. *ao João, deu-se-lhe o devido*; **o devido, deu-se-o ao João*); do mesmo modo, as formas reflexas parecem não poder co-ocorrer com outros clíticos (*lavo-me as mãos*; mas **as mãos, lavo-mas versus as mãos, lavo-tas*).

Também para outras línguas tem sido defendido, com base em argumentos semelhantes, que as sequências de clíticos são formadas no léxico e tratadas como uma unidade do ponto de vista sintáctico (cf., por exemplo, Halpern 1995, para uma variedade de línguas, incluindo Búlgaro e Servo-Croata, Monachesi 1996, para o Italiano, e Watson 1997, para o Francês).

Assim, a nossa proposta permite-nos dar conta da existência de idiossincrasia associada às sequências verbo-clítico (e de clíticos), mantendo a ideia de que a cliticização, isto é a ligação do clítico ao seu hospedeiro, é um processo pós-lexical.

3.3. A mesóclise

Como vimos, a mesóclise é utilizada como evidência da ligação lexical dos pronomes no Português, particularmente em Zwicky (1987) e Halpern (1995). No entanto, é possível (e mesmo desejável) defender uma análise alternativa para esta construção, coerente com o tratamento pós-lexical da cliticização.

Em numerosos estudos sobre o Português, a mesóclise surge analisada como consistindo numa forma verbal flexionada no futuro e no condicional quebrada pela introdução do pronome clítico. Com diferenças de implementação, esta é a concepção subjacente, por exemplo, em Mateus (1983), Andrade (1988/92) e Van Leeuw (1997). É também a identificação do elemento à direita destas construções com a flexão do futuro e do condicional que faz da mesóclise um dos raros casos em que o Português aparece citado em estudos de linguística geral (cf. Zwicky 1987, Spencer 1991, Halpern 1995, Van Leeuw 1997), uma vez

que a presença de marcas flexionais a seguir à cliticização é invulgar nas línguas e origina paradoxos do ponto de vista de uma concepção que pretenda restringir o conjunto de processos possíveis nas línguas a partir de uma determinada arquitectura da gramática.

Existem, naturalmente, motivações para este tipo de abordagem (na generalidade dos casos, porém, não são enunciadas): (i) o futuro e o condicional derivam historicamente de uma construção analítica envolvendo um verbo infinitivo e o auxiliar *haver*, tal como as construções mesoclíticas; (ii) no caso do futuro e do condicional, existem evidências fonológicas de que a forma auxiliar foi reanalisada como um afixo flexional (a base verbal deixou de ser portadora de acento e, conseqüentemente, a vogal temática sofre redução vocálica); (iii) há, aparentemente, uma total coincidência formal (com a excepção da presença do pronome e do acento nas construções mesoclíticas) entre o verbo flexionado com e sem o clítico.

Observemos mais atentamente cada um dos casos. O facto de o futuro e de o condicional terem a mesma origem que a construção mesoclítica não obriga a que ambos tenham sofrido o processo de reanálise afixal. Na verdade, apenas nos casos sem mesóclise temos evidências (fonológicas) para essa reanálise. No caso da mesóclise, a própria ocorrência de clíticos nessa posição pode ser tomada como uma evidência de que tal reanálise não aconteceu. Por outro lado, não é exactamente verdade que haja uma identificação total entre ambas as construções. Em verbos como os apresentados em (22) existe uma tendência para selecção da forma infinitiva regular nos casos de mesóclise, por oposição às formas verbais sem clítico originalmente formadas a partir de um infinitivo irregular.

(22)	a. refaremos	refazê-lo-emos	??refá-lo-emos
	b. satisfaria	satisfazê-lo-ia	??satisfá-lo-ia
	c. desdirás	desdizer-me-ás	??desdir-me-ás

Estes dados são, pois, indiciadores de que as construções mesoclíticas não são obtidas a partir do verbo flexionado no futuro ou condicional, formado no léxico, mas sim a partir da forma verbal infinitiva.

Uma análise que pretenda derivar a partir de uma mesma forma estas duas estruturas confronta-se ainda com pelo menos um dos seguintes problemas: ou (i) a derivação do acento *secundário* nas formas mesoclíticas; ou (ii) a ausência de acento e a ocorrência de redução obrigatória nas formas sem mesóclise; ou ainda (iii) a motivação para o pronome surgir na posição mesoclítica.

Os problemas notados encontram uma solução simples se se considerar que a formação lexical do futuro e do condicional não subjaz à formação da mesóclise. Esta é a hipótese formulada em Duarte e Matos (a aparecer): "suppose

that, in the grammar of standard EP, two forms for the future and conditional co-exist: the 'new' synthetic form used in proclisis and enclisis [...], which is inserted fully inflected, and a survival of the analytic form found in Old Romance, where the ancient auxiliary is interpreted as a "lexicalized" T-affix, generated under the T head...".

No seguimento deste ponto exploraremos esta hipótese. Segundo esta abordagem, existe uma distinção entre uma construção envolvendo afixação flexional inserida juntamente com a forma verbal, e uma construção envolvendo a presença de um *afixo lexicalizado* (que passamos a referir como *-haver*). A nossa interpretação sobre a natureza deste elemento é a de que se trata de uma palavra, do ponto de vista lexical, cujo comportamento sintáctico a aproxima dos pronomes clíticos: lexical e morfologicamente considerados palavras, embora não podendo ocorrer isoladamente.

Se bem que no caso dos clíticos simples (na terminologia de Zwicky 1977) é o seu carácter prosodicamente deficiente que explica a sua ausência de autonomia, no caso dos clíticos sintácticos a fraqueza prosódica não é uma propriedade obrigatória destes elementos. De facto, existem palavras cuja distribuição sintáctica é própria de clíticos mas que têm um comportamento de palavras prosódicas, nomeadamente, ao serem portadoras de acento (não contextualmente determinado). Exemplos de clíticos sintácticos (i.e. que apresentam uma distribuição semelhante à dos clíticos) que não são clíticos prosódicos são fornecidos, por exemplo, em Anderson (1992) (e.g. certas partículas em Tagalog) e em Nespor (1993) (e.g. *loro* em Italiano). Posto de outro modo, estes elementos são tratados lexicalmente como palavras e sintacticamente (ou pós-lexicalmente) como afixos.

Propomos, assim, que *-haver* é tratado na componente lexical como uma palavra e que, na componente sintáctica, este elemento tem que se juntar a uma palavra (i.e. uma forma flexionada) para formar uma construção, que é reanalisada como uma única 'palavra' através de um mecanismo de incorporação sintáctica, como sugerido em Duarte e Matos (a aparecer). Note-se, no entanto, que do ponto de vista fonológico estamos perante formas semelhantes às dos compostos sintácticos (cf. Di Sciullo e Williams 1987), o que é explicável, no quadro do proposto em Nespor e Ralli (1996), pelo facto de a obtenção de ambas as construções não ocorrer na componente lexical.

Do mesmo modo, a forma verbal infinitiva, tal como *-haver*, é tratada no léxico, onde é obtida parcialmente a sua forma fonológica e onde é operada a sua prosodização. Em ambos os casos é, assim, atribuído o acento de palavra, ambas as formas sofrem a operação de redução vocálica nas vogais átonas, e cada um dos elementos é prosodizado como uma palavra prosódica (cf. Booij 1988, Booij e Lieber 1993, e Nespor 1990 sobre a construção lexical dos domínios prosódicos até à palavra prosódica). Ou seja, nenhum destes elementos é marcado no léxico

como prosodicamente deficiente, ao contrário dos clíticos fonológicos (cf. Anderson 1992, Selkirk 1995, Booij 1996, Peperkamp 1997, Van Leeuw 1997, Vigário a aparecer).

Em relação à cliticização do pronome à forma infinitiva, nada tem de ser dito, já que, juntando-se a uma palavra da categoria verbal, as suas propriedades de subcategorização são respeitadas.

Vejamos agora como pode ser efectuada a selecção da forma 'sintética' e da forma 'analítica' na marcação do futuro e do condicional.

De um modo muito sucinto, a nossa proposta é a de que, a formação do futuro e do condicional é sempre *analítica* do ponto de vista sintáctico (à semelhança da formação de outros tempos compostos, como, actualmente, o mais-que-perfeito), isto é, no caso do futuro e do condicional, estas formas resultam da combinação dos traços associados ao infinitivo e dos traços associados ao presente e ao imperfeito, respectivamente. A diferença entre esta construção e aquelas que envolvem outros tempos compostos é que aqui temos um processo obrigatório de incorporação do verbo à cabeça T (cf. Duarte e Matos a aparecer), o qual decorre da marcação do antigo auxiliar 'haver' como um elemento sintacticamente dependente. Este facto, por seu turno, é o que aproxima esta construção das formações dos tempos simples (em que o verbo sobe sempre para a cabeça T).

Quanto ao efeito de formação 'sintética', ele resulta, na nossa perspectiva, de um processo de reanálise dos morfemas flexionais que marcam o infinitivo e o presente/imperfeito que conduziu à sua lexicalização como uma amálgama - isto é, as duas categorias morfo-sintácticas passaram a ser realizadas cumulativamente por um único sufixo (cf. Villalva 1994 sobre amálgamas nos sistema flexional do Português envolvendo as categorias de Tempo/Modo/Aspecto e Pessoa/Número). Esta amálgama coexiste, no entanto, com as formas não-amalgamadas ('analíticas'), que apenas ocorrem quando existe um pronome mesoclítico: o morfema *-r* do infinitivo e as formas do presente/imperfeito de *-haver*.

Sendo a representação sintáctica idêntica em ambos os casos, a selecção de uma ou outra formas (a amalgamada ou a 'analítica') é operada apenas no momento da instanciação lexical. A nossa hipótese é a seguinte. O verbo principal é marcado sintacticamente com os traços associados ao infinitivo e sobe para a cabeça T, onde se encontram marcados os traços associados ao presente/imperfeito. Quando existem pronomes clíticos, no entanto, os pronomes cliticizam à forma verbal no decurso desse movimento. É exactamente a presença do pronome à direita do verbo que transporta os traços associados ao infinitivo que impede que, na sequência da incorporação do verbo à cabeça T, seja seleccionada a forma morfológica amalgamada para realizar os traços *infinitivo+presente/imperfeito*: o clítico intervém entre estas duas categorias morfossintácticas, obrigando à selecção do morfema autónomo do infinitivo *-r*,

por um lado, e das formas flexionadas relevantes do *afixo lexicalizado -haver*, por outro. Não havendo clítico, o verbo marcado com os traços associados ao infinitivo move-se até T. No momento da instanciação lexical, os traços relativos à sequência [verbo ... infinitivo+presente/imperfeito...] expressos na sintaxe são formalmente interpretados pela forma verbal lexicalmente flexionada, que inclui a forma amalgamada que realiza os traços associados a estes dois tempos.

Independentemente dos detalhes de implementação, que por razões de espaço não podemos aqui desenvolver, esta proposta parece-nos resolver um conjunto de dificuldades que outras análises enfrentam:

- (i) explica o comportamento de palavra, nomeadamente do ponto de vista fonológico, tanto do verbo como de *-haver* (dado que são tratados independentemente no léxico), bem como o comportamento de palavra única da formação 'sintética' (dado que a afixação flexional nestes casos é operada no léxico);
- (ii) explica o comportamento afixal de *-haver* (que, embora lexicalmente independente, é um elemento sintacticamente dependente de um verbo infinitivo);
- (iii) explica a colocação mesoclítica (uma vez que, em contextos de ênclise, o pronome cliticiza à direita de uma forma verbal, tal como requerido na sua entrada lexical);
- (iv) explica a selecção da forma *-haver* apenas nos contextos de ênclise (já que é a colocação do clítico à direita do verbo que impede a inserção da forma verbal 'sintética', e revela assim, superficialmente, a construção analítica subjacente);
- (v) explicita o processo de lexicalização da forma 'sintética' (trata-se de um caso de reanálise de dois sufixos como uma amálgama morfológica, que tornou opaca a derivação sintáctica);
- (vi) explica os contrastes notados em (22) e permite estabelecer um conjunto de relações interessantes, como a perda da formação lexical do futuro e do condicional, a favor da construção sintáctica com *ir+verbo principal*, flexionados no presente/imperfeito e no infinitivo (e.g. *vou/ia fazer*); a perda da forma amalgamada, por seu turno, pode ser interpretada como o resultado da perda de composicionalidade morfológica da amálgama lexical, que deixa de ser interpretada como uma sequência de traços associados ao infinitivo e ao presente/imperfeito, e que deixa, por isso, de ser apropriada para realizar esses traços expressos sintacticamente (que passam, então, a ser realizados através da nova construção *ir+verbo principal*). Note-se que uma outra solução lógica para a resolução da incompatibilidade entre a informação morfológica e a informação

sintáctica que acabámos de referir seria, não a substituição das formas envolvidas na construção analítica, mas sim a substituição da construção analítica por uma construção sintética. A colocação generalizada dos pronomes enclíticos a seguir a toda a forma verbal flexionada no futuro/condicional (e.g. *falaria-lhe*), que também se observa no Português contemporâneo, pode ser interpretada à luz desta última observação.

Esta análise mostra que a mesóclise não constitui nem um contra-exemplo à importante generalização de que a flexão precede a cliticização, nem um argumento válido para o carácter lexical da operação de ligação dos pronomes clíticos ao hospedeiro verbal, como evocado em Zwicky (1987) e Halpern (1995). Na realidade, para além do que foi dito, se de facto tivesse havido lexicalização da sequência verbo-clítico não esperaríamos que as estruturas mesoclíticas estivessem hoje a dar lugar a formações enclíticas. Na mesma linha, e como apontado em Spencer (1991), se tanto os pronomes clíticos como as formas *-haver* fossem flexionais não esperaríamos encontrar a ordem *marcadores de pessoa/número* seguidos de *marcadores de tempo/aspecto*, uma vez que há uma forte tendência nas línguas para a ordem inversa, e, adicionamos nós, essa ordem é sistemática no Português. Finalmente, as propostas de Zwicky (1987) e Halpern (1995) implicam que a própria formação da mesóclise seja lexical. No entanto, uma vez que apenas existe mesóclise se houver condições de ênclise mas não de próclise, e estas são definidas pós-lexicalmente, a construção mesoclítica não pode ser obtida na componente lexical.

4. Conclusão

Pretendemos mostrar neste artigo que a cliticização (dos clíticos pronominais) é uma operação pós-lexical no Português Europeu: por um lado, existem evidências, especialmente sintácticas e fonológicas, de que a sequência verbo-clítico não é obtida no léxico; por outro lado, certas marcas de lexicalização notadas são explicáveis no quadro de uma teoria de alomorfa sintagmática. Vimos também que a mesóclise não pode ser considerada um argumento a favor da ligação dos clíticos no nível lexical, uma vez que esta construção não depende de qualquer especificidade dos pronomes clíticos, mas sim da forma *-haver*, analisada como um clítico sintáctico. Finalmente, e de acordo com a abordagem que adoptámos, o Português não fornece contra-exemplos à generalização de que a flexão precede a cliticização.

Notas

* Gostaríamos de agradecer os preciosos comentários e sugestões feitos por Maria Helena Mateus, Marina Nespor e Sónia Frota, e por participantes no XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, especialmente por Ernesto d' Andrade e Iva

Simas.

1 Os dados que apresentamos referem-se ao Português falado em Lisboa, nomeadamente por falantes com nível universitário com menos de 40 anos.

2 Note-se que o constituinte prosódico *Grupo Clítico* deve ser excluído da hierarquia prosódica como assumido em Selkirk (1995) e sustentado em Booij (1996) e Peperkamp (1997) (cf. também Vigário a aparecer sobre os argumentos contra a existência deste constituinte e para uma análise do Português compatível com essa exclusão).

3 Em Cunha e Cintra (1984) considera-se que a forma pronominal é *no* quando o clítico é precedido de qualquer ditongo nasal. No nosso dialecto, porém, estabelecemos uma diferença entre o *põem* e *põe*, em que apenas na terceira pessoa do plural a forma pronominal contém a consoante nasal (i.e. *põem-no* mas *põe-o*).

4 Curiosamente, estes dados do Português parecem-nos invalidar a ideia defendida em Marcaró (1996), na linha de McCarthy e Prince (1994), de que a alomorfa visa o *não-marcado*. Na realidade, se tomarmos a sequência *ama-lo* versus *amas-o*, não podemos dizer que, por exemplo do ponto de vista da estrutura da sílaba, a primeira forma é menos marcada do que a segunda, dado que em ambos os casos se obtém a estrutura silábica CV.

5 Note-se, todavia, que uma análise como esta não explica a ausência total de interacção no Português entre estas regras e as regras lexicais não pré-compiladas. De facto, uma das predições da proposta de Hayes (1990:6.3) é exactamente que as regras pré-compiladas podem (mas, saliente-se, não têm de) preceder (outras) regras fonológicas lexicais. Uma análise alternativa é pois considerar que a queda da consoante acompanha o próprio processo de inserção das formas clíticas, de um modo paralelo ao sugerido em Anderson (1992:187) para os casos de truncamento em bases a que se liga o sufixo inglês *-able*, em que o processo faz parte da própria regra de formação de palavras.

6 Estes casos serão, portanto, análogos às formas *portmanteau* envolvendo outros elementos funcionais, como a preposição e o artigo (cf., particularmente, Napoli e Nevis 1987, para o Italiano).

Referências

- ANDERSON, S. 1992. *A-Morphous Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- D'ANDRADE, E. 1992. O acento de Palavra em Português. In *Temas de Fonologia*. Lisboa: Colibri, 107-130. [primeiro publicado em J. Staczek (ed.), 1988. *On Spanish, Portuguese and Catalan Linguistics*. Washington: Georgetown University Press].
- BARBOSA, P. 1996. Clitic Placement in European Portuguese and the Position of Subjects. In A. Halpern and A. Zwicky (eds) *Approaching Second. Second Position Clitics and Related Phenomena*. Stanford: CSLI Publications, 1-40.
- BOOIJ, G. 1988. On the relation between lexical and prosodic phonology. In P.M. Bertinetto and M. Loporcaro (eds) *Certamen Phonologicum*. Torino: Rosenberg and Sellier, 63-76.
1996. Cliticization as prosodic integration: the case of Dutch. *The Linguistic Review* 13, 219-242.

- BOOIJ, G. and R. Lieber. 1993. On the simultaneity of morphological and prosodic structure. In Sharon Hargus and Ellen Kaisse (eds) *Studies in Lexical Phonology*. San Diego: Academic Press, 23-44.
- BOOIJ, G. and J. Rubach. 1987. Postcyclic versus Postlexical Rules in Lexical Phonology. In *LI* 18(1), 1-44.
- CAMEIRA, C. 1994. Da intuição à teoria - Questões sintático-fonológicas do clítico -o. *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/Colibri, 99-112.
- CUNHA, C. e L. Cintra. 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- DI SCIULLO, A.-M. e E. Williams. 1987. *On the Definition of Word*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- DUARTE, I. e G. Matos. a aparecer. Romance Clitics and the Minimalist Program. In J. Costa (ed.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- HALPERN, A. 1995. *On the Placement and Morphology of Clitics*. Stanford: CSLI Publications.
- HAYES, B. 1990. Precompiled Phrasal Phonology. In S. Inkelas and D. Zec (eds) *The phonology-syntax connection*. Chicago: UCP, 85-108.
- KAISSE, E. 1990. Toward a Typology of Postlexical Rules. In S. Inkelas and D. Zec (eds) *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago: The University of Chicago Press, 127-143.
- KLAVANS, J. 1985. The independence of syntax and phonology in cliticization. *Language* 61, 95-120.
- MARTINS, A.M. 1994. *Clíticos na História do Português*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- MATEUS, M.H. 1983. O acento de palavra em Português: uma nova proposta. *Boletim de Filologia* 28, 211-229.
- MASCARÓ, J. 1996. External allomorphy as Emergence of the Unmarked. In J. Durand e B. Laks (eds) *Current Trends in Phonology - Models and Methods*, vol II. Manchester: ESRI, 473-483.
- MCCARTHY, J. e A. Prince (1994) The emergence of the unmarked. Optimality in Prosodic Morphology. *Proceedings of the North Eastern Linguistic Society*, vol. II. Amherst: University of Massachusetts, 333-379.
- MONACHESI, Paola. 1996. On the Representation of Italian Clitics. In Ursula Kleinhenz (ed.) *Interfaces in Phonology*. Studia Grammatica 41. Berlin: Akademie Verlag, 83-101.
- NAPOLI, D. e J. Nevis. 1987. Inflected prepositions in Italian. *Phonology Yearbook* 4, 195-209.
- NESPOR, M. 1990. Vowel deletion in Italian: the organization of the phonological component. In *The Linguistic Review* 7, 375-398.
1993. The phonology of clitic groups. In L. Hellan and H. van Riemsdijk (eds) *Clitic Doubling and Clitic Groups*, Eurotyp Working Papers, 67-90.

- NESPOR, M. e A. Ralli. 1996. Morphology-Phonology Interface: Phonological Domains in Greek Compounds. *The Linguistic Review* 13, 357-382.
- ODDEN, D. 1990. Syntax, Lexical Rules and Postlexical Rules in Kimatuumbi. In S. Inkelas and D. Zec (eds) *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago: The University of Chicago Press, 259-277.
- PEPERKAMP, S. 1997. *Prosodic Words*. HIL dissertations 34. The Hague: Holland Academic Graphics.
- SELKIRK, E. 1995. The prosodic structure of function words. In J. Beckman *et al.* (eds) *Papers in Optimality Theory*. University of Massachusetts Occasional Papers 18. Amherest, MA: GLSA, 439-469.
- SPENCER, A. 1991. *Morphological Theory*. Oxford: Blackwell.
- VAN LEEUW, F. 1997. *Clitics. Prosodic Studies*. HIL dissertations 29. The Hague: Holland Academic Graphics.
- VIGÁRIO, M. 1998. Elisãõ da vogal não-recuada final e a palavra prosódica no Português Europeu. In *Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/Colibri.
- a aparecer. On the prosodic status of stressless function words in European Portuguese. In T.A. Hall and U. Kleinhenz (eds) *Studies on the Phonological Word*. Amsterdam: John Benjamins.
- VILLALVA, A. 1994. *Estruturas Morfológicas: Unidades e hierarquias nas palavras do Português*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- WATSON, K. 1997. French complement clitic sequences: a template approach. *French Language Studies* 7, 69-89.
- ZWICKY, A. 1977. *On clitics*. IUCL. Bloomington, Indiana.
1987. Suppressing the Z's. *Journal of Linguistics* 23 (1):133-148.
- ZWICKY, A. and G.K. Pullum. 1983. Cliticization vs. inflection: English n't. In *Language* 59, 502-513.